

ESTATUTOS

ASSOCIAÇÃO PARA O PROGRESSO DA DIREÇÃO DE EMPRESAS

apd
PORTUGAL

TÍTULO I

ASSOCIAÇÃO PARA O PROGRESSO DE DIRETIVOS DE EMPRESAS - APD

Artigo 1:

Com a denominação de “APD – ASSOCIAÇÃO PARA O PROGRESSO DA DIREÇÃO DE EMPRESAS” (adiante, a “Associação”), é constituída uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída ao abrigo do Código Civil Português e demais legislação aplicável, com personalidade jurídica própria, e bem assim capacidade jurídica plena.

Artigo 2:

A Associação tem como objeto:

- (i) Promover e realizar o intercâmbio de conhecimentos, experiências e técnicas de todos aqueles que exerçam, em entidades públicas ou privadas, funções de alta direção, governo corporativo ou administração, bem como de quaisquer pessoas que, por delegação, exerçam a gestão de uma ou várias áreas de negócio das mesmas, com o intuito de aperfeiçoar e atualizar a formação dos associados nas suas atividades específicas, com vista ao bem comum; e
- (ii) Em particular, promover e impulsionar no âmbito nacional e internacional o intercâmbio dos ditos conhecimentos, experiências e técnicas para a divulgação dos mesmos e respetiva expansão territorial, com vista à promoção do conhecimento da gestão empresarial, tanto no âmbito nacional como internacional.

Artigo 3:

Para o efeito, a Associação, para melhor cumprimento do seu objeto, pretende, com caráter exemplificativo e não limitativo:

- (a) Desenvolver a investigação da arte e da técnica de gestão e de direção, coordenando, dentro do possível, os esforços dos seus associados;
- (c) Organizar reuniões de intercâmbio de experiências, colóquios, cursos, seminários, conferências, sessões de trabalho, e outros eventos.
- (d) Criar serviços de informação, promovendo a sua divulgação e intercâmbio pelos meios que considere convenientes;
- (e) Realizar estudos económico-financeiros, técnicos, estatísticos, jurídicos, de racionalização e organização do trabalho e, em geral, sobre todas as questões de interesse para os associados da Associação;
- (f) Desenvolver programas formativos;
- (g) Colaborar com sociedades, instituições, associações, fundações e com qualquer outro tipo de organização pública ou privada com fins análogos aos da Associação ou que, de algum modo, possam servir os fins prosseguidos pela Associação;
- (h) Elaborar publicações e proceder à distribuição das mesmas; e
- (i) Em geral, desenvolver qualquer atividade relacionada com os objetivos da Associação, de acordo com o estabelecido nos presentes Estatutos.

Artigo 4:

A Associação durará por tempo indeterminado.

Artigo 5:

1. A Associação tem nacionalidade portuguesa.
2. A Associação terá a sua sede na Rua de Ceuta, n° 118, 5° piso, n° 38, 4050-191 Porto - Portugal.

Artigo 6:

A Associação desenvolverá a sua atividade em todo o território do Estado Português.

A Associação deverá requerer a sua adesão de forma permanente como associada da Asociación para el Progreso de la Dirección Internacional (APD Internacional), associação sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, capacidade jurídica plena e constituída de acordo com a legislação espanhola, cujos sócios serão todas as associações que, com objeto social e objetivos idênticos aos da Associação, se forem constituindo em diferentes países.

A Associação contribuirá para o financiamento e funcionamento da APD Internacional nos termos e condições que deliberem os órgãos sociais da Associação.

Artigo 7:

A Associação tem personalidade jurídica própria, com plenos poderes para a aquisição, posse e disposição de todos os tipos de bens, assim como para

celebrar contratos, contrair obrigações e exercer faculdades e poderes de qualquer natureza, sem outras limitações que não as estabelecidas por lei.

TÍTULO II

DOS ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO

I – DA QUALIDADE E TIPOS DE MEMBROS

Artigo 8:

Podem ser associados da Associação as pessoas singulares ou coletivas que o requeiram ao Conselho de Administração, e que por este sejam aceites.

Artigo 9:

Os associados ou membros da Associação poderão ser:

- a) Coletivos;
- b) Globais;
- c) Individuais;

As pessoas coletivas poderão ser associados Coletivos ou Globais, consoante o valor das quotas com que contribuam para o património da Associação e dos serviços a que, em consequência, tenham direito.

Serão associados individuais as pessoas singulares que, a título pessoal, solicitem a sua adesão, e esta seja aprovada pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, caso assim o determine, estabelecer critérios adicionais para a admissão de associados individuais.

Artigo 10:

A qualidade de associado tem natureza intuito personae e será limitada à pessoa singular ou coletiva a quem for reconhecida essa qualidade, não sendo nessa medida transmissível por qualquer forma.

As entidades participadas por uma entidade matriz que seja associada da Associação não gozarão de forma automática dos direitos dos associados, salvo se as mesmas forem elas próprias admitidas como associadas da Associação, sem prejuízo de, por motivo justificado, o Conselho de Administração recusar a sua admissão.

II – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS MEMBROS

Artigo 11:

1. Os associados terão os seguintes direitos:
 - (i) Participarem em todas as atividades organizadas pela Associação no cumprimento do seu objeto social;
 - (ii) Participarem nas Assembleias Gerais com direito de intervenção e voto, de acordo com o estabelecido nos presentes Estatutos;
 - (iii) Elegerem e serem eleitos para quaisquer cargos da Associação, de acordo com os presentes Estatutos;
 - (iv) Serem informados dos acordos celebrados e da composição dos órgãos de governo e representação da Associação, do estado das contas e do desenvolvimento da sua atividade;
 - (v) Serem ouvidos com caráter prévio relativamente à instauração de procedimentos disciplinares contra si e a ser informados dos fundamentos dos ditos procedimentos, devendo ser fundamentada a decisão, que em tal sentido, for adotada;
 - (vi) Impugnarem os acordos dos órgãos da Associação que considerem contrários à lei ou aos Estatutos;
 - (vii) Darem sugestões aos membros do Conselho de Administração com vista ao melhor cumprimento dos objetivos da Associação;
 - (viii) Beneficiarem dos serviços correspondentes às atividades, objetivos e fins da Associação e participar na sua atividade;
 - (ix) Receberem as publicações da mesma e toda a informação divulgada por esta; e
 - (x) Usufruírem de todas as vantagens e benefícios que a Associação possa conceder ou obter.

Artigo 12:

1. Os associados terão as seguintes obrigações:
 - (a) Partilhar os objetivos da Associação e colaborar para a consecução dos mesmos;
 - (b) Acatar e cumprir os presentes Estatutos e promover a celebração de todas as reuniões necessárias para o cumprimento do disposto nos presentes Estatutos e estar presentes nas ditas reuniões, bem como procurar que os seus representantes nos órgãos de governo da Associação estejam presentes nas ditas reuniões e, em especial, diligenciar pelo cumprimento por estes das regras estabelecidas nestes Estatutos;

- (c) Observar estritamente as disposições e normas emitidas pela Associação e executar as deliberações da mesma;
- (d) Pagar pontualmente as quotas e outras contribuições que sejam fixadas, nas condições estabelecidas em Assembleia Geral;
- (e) Assistir às Assembleias Gerais e às demais reuniões da Associação para os quais sejam convocados, colaborando a todo o momento com a Associação;
- (f) Cumprir, conforme o caso, as obrigações inerentes ao cargo que ocupem;
- (g) Zelar por e contribuir para o bom nome e prestígio da Associação;
- (h) Contribuir, com o seu esforço, para o sucesso da Associação, fornecendo, para o efeito, toda a informação que lhes seja possível fornecer relativamente às matérias relacionadas com as suas atividades;
- (i) Colaborar na prossecução dos objetivos da Associação; e
- (j) Cumprir com as restantes obrigações que resultem dos presentes Estatutos ou das normas aplicáveis.

III – AQUISIÇÃO E PERDA DA CONDIÇÃO DE MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 13:

1. Uma vez recebido e analisado um pedido de adesão à Associação, o Conselho de Administração aprovará a adesão dos associados cujo pedido possa ser aceite ou à rejeição daqueles que não cumpram os requisitos de aceitação, nos termos e com as maiorias previstas nos presentes Estatutos.
2. Os associados aderentes deverão pagar a quota ordinária anual correspondente ao ano em que seja aprovada a sua adesão, seja qual for a data em que obtenham a qualidade de associado, sem prejuízo da obrigação de pagamento das quotas extraordinárias que sejam determinadas de acordo com os presentes Estatutos.

Artigo 14:

1. Ocorrerá a perda da qualidade de associado caso se verifique algum dos seguintes pressupostos:
 - (a) Renúncia por solicitação dos associados;
 - (b) Dissolução, liquidação, fusão, incorporação noutra entidade, extinção ou insolvência da Sociedade, Entidade ou Instituição associada, ou falecimento no caso dos associados individuais; e
 - (c) Por deliberação do Conselho de Administração, caso se verifiquem os pressupostos previstos no Artigo 63 dos Estatutos.
2. Nos termos do artigo 181.º do Código Civil Português, em caso de renúncia ou perda da qualidade de associado, o associado cessante não terá, em qualquer caso, direito a receber qualquer percentagem da sua contribuição patrimonial inicial ou de outras contribuições financeiras que tenha realizado ulteriormente, incluindo qualquer valor das quotas de participação na Associação que tenha pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações vencidas relativas ao tempo em que foi associado da Associação.

TÍTULO III DA ESTRUTURA E ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

Artigo 15:

Os órgãos de governo, representação e gestão da Associação são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Diretor Geral e o Conselho Fiscal.

I – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 16:

A Assembleia Geral constitui o órgão supremo de governo da Associação e as suas deliberações são adotadas de acordo com o princípio maioritário ou de democracia interna. A Assembleia é constituída por todos os associados da Associação. As suas deliberações, estatutariamente adotadas, obrigam todos os associados.

Artigo 17:

1. A Assembleia Geral integra todos os associados.
2. A primeira Assembleia Geral é composta por todos os associados presentes no ato de constituição da Associação.
3. As reuniões da Assembleia Geral poderão ser ordinárias ou extraordinárias.

Artigo 18:

1. A Assembleia Geral reunir-se-á uma vez por ano com caráter ordinário para proceder à aprovação das contas anuais e do relatório de gestão, na data que for fixada pelo Conselho de Administração, mas sempre no decurso dos seis (6) meses seguintes ao encerramento do exercício anterior.
2. Será da competência da Assembleia Geral:
 - (i) Aprovar as nomeações e cessações ou renúncias dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
 - (ii) Analisar e aprovar a gestão do Conselho de Administração.
 - (iii) Fixar e aprovar as quotas a pagar pelos associados, assim como as contribuições financeiras complementares que se considerem oportunas.
 - (iv) Examinar e, se for o caso, aprovar as Contas Anuais da Associação.
 - (v) Sendo o caso, nomear auditores para a análise independente das contas, os quais terão que ser Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.
 - (vi) Deliberar sobre as matérias que o Conselho de Administração proponha submeter à mesma e não estejam expressamente reservadas à competência da Assembleia Geral ou do Conselho Fiscal.

Artigo 19:

1. A Assembleia Geral extraordinária reunir-se-á quando convocada pelo Conselho de Administração, por iniciativa deste ou por solicitação escrita de pelo menos um terço dos associados da Associação, devidamente fundamentada e dirigida ao Presidente do Conselho de Administração,
2. Neste último caso, o Conselho de Administração reunir-se-á, dentro dos trinta (30) dias seguintes à receção da solicitação dos Associados, para deliberar sobre a data em que será realizada a Assembleia Geral extraordinária, que necessariamente se realizará nos sessenta (60) dias seguintes à receção da solicitação de convocatória.
3. Ficam reservados à deliberação em Assembleia Geral extraordinária:
 - 1. A alteração dos Estatutos Sociais.
 - 2. A dissolução da Associação.
 - 3. Em geral, todos os assuntos que sejam submetidos pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, sempre que sejam relativos ao bom funcionamento da Associação e cuja deliberação não possa ser adiada até à Assembleia Geral ordinária seguinte.

Artigo 20:

1. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, com pelo menos trinta (30) dias de antecedência sobre a data prevista para a celebração da Assembleia. A convocatória será remetida utilizando qualquer meio em Direito permitido que assegure a prova da sua receção, considerando-se válido para o efeito o envio através de correio eletrónico para o endereço de correio eletrónico comunicado pelo associado aquando da sua adesão à Associação ou em momento ulterior.
2. O anúncio de convocatória incluirá, expressamente, a data, hora e local da reunião e os assuntos a tratar na mesma. Além disso, no caso da Assembleia Geral ordinária, deverá constar a data e demais elementos relativos à segunda convocação para a Assembleia; entre a primeira e a segunda convocação mediará, pelo menos, o período de meia hora. A convocação da Assembleia Geral extraordinária será única.
3. O anúncio de convocatória deverá incluir a ordem do dia, que indicará de forma concisa mas clara os pontos a tratar na reunião.

Artigo 21:

Cada um dos associados terá direito a um voto em Assembleia Geral.

Artigo 22:

A Assembleia Geral reunir-se-á na sede da Associação ou, na sua falta, no local do território português que vier a ser definido pelo Conselho de Administração.

Artigo 23:

Será posta à disposição dos associados da Associação na sede da mesma ou em local determinado, e a partir do momento em que for feita a convocatória, a informação ou documentação que tenha que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral.

Artigo 24:

1. A Assembleia Geral ordinária será considerada validamente constituída em primeira convocação quando estiverem presentes ou devidamente representados pelo menos metade mais um dos seus associados. Em segunda convocação será válida a constituição da Assembleia, qualquer que seja o número de associados com direito de voto presentes na mesma.

2. A Assembleia Geral extraordinária será considerada validamente constituída quando estiverem presentes ou devidamente representados pelo menos metade mais um dos seus associados.
3. Será válida a constituição da Assembleia Geral sem prévia convocatória se estiverem presentes todos os associados com direito de voto, desde que os mesmos aprovem por unanimidade a realização da Assembleia Geral.

Artigo 25:

1. A Assembleia será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em caso de ausência do mesmo, pelo Vice-presidente que o substituir, e atuará na qualidade de Secretário o Secretário do Conselho de Administração, ou na falta deste o membro do Conselho de Administração que tenha menos idade.
2. O Presidente procederá à abertura e ao encerramento das sessões da Assembleia, dirigirá os debates, concederá e retirará o uso da palavra e submeterá à votação os assuntos.
3. O Secretário da Mesa procederá à contagem dos votos emitidos, ao escrutínio dos mesmos, lavrará a ata das reuniões.

Artigo 26:

1. As deliberações serão adotadas por maioria absoluta dos votos dos associados com direito de voto, presentes ou representados na reunião.
2. Não obstante, é necessária a maioria qualificada dos votos dos associados com direito de voto, presentes ou representados na reunião, para a adoção das deliberações infra, a qual será alcançada quando o número dos votos a favor for igual ou superior a três quartos dos votos emitidos, não sendo considerados para este efeito os votos nulos ou em branco, nem as abstenções:
 - a) a dissolução da Associação;
 - b) a alteração dos Estatutos;
 - c) a destituição dos membros do Conselho de Administração, sem que possa intervir na votação dessa deliberação o administrador ou administradores cuja exoneração seja proposta;
 - d) a aprovação da realização de contribuições financeiras e demais contribuições a realizar pelos associados; e
 - e) a oneração ou alienação de bens imóveis.

Artigo 27:

1. As discussões e deliberações da Assembleia Geral ordinária ou extraordinária, assim como a lista de presenças, deverão constar num Livro de Atas, sendo as atas assinadas pelo Presidente e pelo Secretário da mesa da Assembleia Geral. As certidões dessas atas serão emitidas pelo Secretário, com aprovação do Presidente.
2. Deverá ser remetida uma cópia da ata a cada um dos associados após a mesma ser redigida e assinada, no prazo de um mês a contar da data da celebração da sessão.

Artigo 28:

1. Participará na Assembleia Geral um representante de cada associado, correspondendo um voto a cada um deles, sendo que os associados que não se encontrem em dia no pagamento das suas quotas não poderão exercer o seu direito de voto.
2. A votação será secreta nos casos em que tal for decidido pelo Presidente.
3. Cada associado poderá fazer-se representar por outro associado mediante carta de representação escrita, que deverá dizer respeito apenas à assembleia em causa.

Artigo 29:

As deliberações poderão ser impugnadas pelos associados com direito de voto que não tenham estado presentes na reunião ou que, tendo estado, tenham votado contra as mesmas, ou ainda por aqueles que tenham votado a favor das deliberações aprovadas mas que não estejam de acordo com a redação que das mesmas conste na ata, devendo a impugnação ser apresentada no prazo de trinta (30) dias a contar do envio da mesma. Neste caso, o Conselho de Administração, mediante deliberação devidamente fundamentada, poderá suspender a execução das deliberações impugnadas, sempre que estas possam causar um prejuízo grave e de difícil reparação, do que deverá ser notificada a totalidade dos associados da Associação.

II – DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 30:

1. O Conselho de Administração é o órgão de representação e de gestão ordinária da Associação.
2. O Conselho de Administração será composto por um Presidente e um Vice Presidente, nomeados pelo Conselho de Administração, quantos Presidentes Honorários o Conselho de Administração considere

pertinente nomear, e um número de vogais do Conselho que não será inferior a 15 nem superior a 25, de entre os quais será eleito um Secretário da Administração.

3. A qualidade de Administrador confere direito de participação e voto nas reuniões do Conselho de Administração.
4. Não poderão ser eleitos dois ou mais administradores em representação do mesmo associado, salvo mediante autorização expressa do Conselho de Administração. Esta limitação não será aplicável aos Presidentes Honorários.

Artigo 31:

1. Todos os Associados poderão ser designados membros do Conselho de Administração. Caso seja nomeada como administrador uma pessoa coletiva, esta deverá nomear um representante para o exercício do cargo de administrador.
2. A eleição dos administradores é da competência da Assembleia Geral, de acordo com as regras de maioria estabelecidas nestes Estatutos.

Artigo 32:

1. O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes e faculdades para atuar em nome da Associação, regulamentar os seus próprios procedimentos internos e realizar as operações necessárias para a prossecução dos seus fins com a maior amplitude. Inclui-se, portanto, na esfera da sua competência tudo quanto se refira aos fins e objetivos da Associação.
2. Além dos poderes e direitos gerais e específicos estabelecidos nos presentes Estatutos, caberá ao Conselho de Administração:
 - a) Nomear ou destituir, conforme o caso, o Diretor Geral, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração.
 - b) Aceitar ou recusar a adesão de quem solicitar a sua nomeação como associado.
 - c) Para uma melhor organização dos serviços da Associação, examinar, aprovar ou retificar as propostas que, sobre aqueles, o Diretor Geral formule ou informe.
 - d) Representar juridicamente a Associação, outorgar procurações, exercer todos os direitos e praticar todas as ações, em juízo e fora dele, perante todos os tipos de Entidades Públicas ou Privadas, Autoridades Administrativas e Tribunais, com a maior amplitude em Direito permitida exceto no que se refere a atos de disposição e oneração dos seus ativos imobiliários e assunção de obrigações ou encargos relativamente aos mesmos, os quais requererão o prévio acordo da Assembleia Geral, conforme o previsto nos presentes Estatutos.
 - e) Aprovar o Orçamento anual e as despesas gerais da Associação e propor à Assembleia Geral as quotas anuais que devem ser pagas pelos associados da Associação.
 - f) Exercer qualquer poder ou faculdade que lhe seja delegado pela Assembleia Geral.
 - g) Exercer qualquer outro poder ou faculdade que não seja da exclusiva competência de outro órgão da Associação.

Artigo 33:

1. Os membros do Conselho de Administração serão nomeados por um prazo inicial de quatro (4) anos e poderão ser reeleitos por um período de igual duração. Decorrido o período de oito anos dos dois mandatos, os Administradores não poderão ser novamente eleitos para exercer um cargo no Conselho de Administração até que se conclua um interregno de um mandato.
2. O mandato do Presidente do Conselho de Administração terá uma duração de quatro anos, podendo ser reeleito por um período de igual duração. Desde o momento da sua nomeação, o Presidente do Conselho de Administração adquirirá a qualidade de Administrador Honorário, não sendo todavia considerado para determinar o número máximo de Administradores e não tendo termo de mandato.
3. O exercício do cargo de administrador exige, à data da sua eleição, o exercício profissional de um cargo de direção numa Sociedade Comercial ou em qualquer outra Entidade ou Instituição, independentemente da categoria profissional a que o mesmo corresponda.
4. Excecionalmente, o Presidente do Conselho de Administração poderá propor a nomeação como administrador a pessoa ou pessoas que, pelos seus especiais méritos ou prestígio, sejam merecedoras dessa nomeação.
5. Os membros do Conselho de Administração, sem prejuízo da duração limitada dos seus cargos, poderão ser destituídos do seu cargo pela própria Assembleia Geral. As vagas na administração deverão ser preenchidas apenas nos casos em que o número de administradores em funções seja inferior ao referido no artigo 30º dos Estatutos.

Artigo 34:

1. Os membros do Conselho de Administração darão início ao exercício das suas funções depois de terem aceitado expressamente o cargo por

escrito. Os Administradores poderão igualmente aceitar o cargo por meio de declaração oral emitida perante a Assembleia Geral.

2. Os membros do Conselho de Administração exercerão os poderes e terão as obrigações que resultem dos presentes estatutos, bem como aquelas que resultem de delegação de competências do próprio Conselho de Administração.

Artigo 35:

1. O mandato de membro do Conselho de Administração não será remunerado. No entanto, os membros do Conselho de Administração poderão receber da Associação remunerações relativas a serviços prestados, incluindo os prestados no âmbito de uma relação laboral à Associação, distintos do desempenho das funções como membros do Conselho de Administração. Os Administradores não podem participar nos resultados financeiros da Associação, nem por si próprios nem indiretamente através de quaisquer terceiros.
2. As despesas devidamente justificadas em que os Administradores incorram no desempenho das suas funções, serão reembolsadas pela Associação ao administrador em questão.

Artigo 36:

Salvo o estabelecido nos presentes Estatutos, nenhum membro do Conselho de Administração poderá exercer simultaneamente um cargo de responsabilidade nos órgãos de governo de outra instituição, organização ou associação com fins similares aos da Associação, exceto em representação da mesma ou em casos de autorização expressa, que poderá ser concedida individual ou de forma genérica, por parte do Conselho de Administração.

Artigo 37:

1. O Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos trimestralmente, e sempre que seja convocado pelo Presidente ou por quem o substitua, por iniciativa própria ou por solicitação de dois terços dos administradores e, em todo o caso, quando a Assembleia Geral solicitar a emissão de relatórios, a apresentação de propostas ou a adoção de deliberações no âmbito das suas funções.
2. Caberá ao Presidente ou ao Vice-presidente, caso exista, a convocatória do Conselho de Administração e a redação da ordem do dia da Reunião.
3. A convocatória do Conselho de Administração deverá ser efetuada por escrito indicando o local, dia e hora da reunião, assim como a ordem do dia, devendo os assuntos a tratar ser expressos de forma clara, devendo a mesma ser enviada aos administradores com pelo menos 7 dias de antecedência relativamente à data da reunião, salvo em caso de urgência devidamente apreciada pelo Presidente em cujo caso o cumprimento do dito prazo não será obrigatório.
4. A convocatória deverá ser remetida utilizando qualquer meio que permita a prova da sua receção, considerando-se válido para o efeito o envio por correio eletrónico para o endereço comunicado pelo membro do Conselho de Administração à Associação.
5. Será válida a reunião do Conselho de Administração sem prévia convocatória se estiverem presentes todos os administradores, e estes aprovem por unanimidade a celebração da reunião.

Artigo 38:

1. Os administradores deverão estar presentes nas reuniões do Conselho de Administração. Quando, por causa justificada, não o puderem fazer, deverão outorgar a sua representação a outro Administrador através de documento escrito específico para cada reunião.
2. A falta de um Administrador a seis (6) reuniões consecutivas do Conselho de Administração será causa de destituição automática do cargo de Administrador, salvo motivo de força maior apreciado pelo Conselho de Administração.
3. O Conselho de Administração só poderá deliberar quando estejam presentes ou devidamente representados mais de metade dos seus membros.
4. As reuniões serão presididas pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Artigo 39:

1. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos administradores presentes ou representados, na correspondente sessão. O Presidente do Conselho de Administração terá voto de desempate. As deliberações do Conselho de Administração deverão constar num Livro de Atas, sendo as atas assinadas pelo Presidente e pelo Secretário. As certidões dessas atas serão emitidas pelo Secretário, com aprovação do Presidente.
2. As deliberações do Conselho de Administração poderão ser tomadas por escrito e sem reunião presencial se nenhum dos membros do Conselho de Administração se opuser a este procedimento. Será considerada como data de adoção das deliberações a data de receção do último voto emitido e como local da deliberação a sede da Associação. Seja qual for o sentido do voto, todos os membros do Conselho de Administração

deverão estar de acordo com a utilização deste procedimento e participar na votação.

Artigo 40:

1. O Conselho de Administração funcionará de forma colegial.
2. O Conselho de Administração funciona em Plenário e, caso assim o delibere, poderá também funcionar mediante a criação de comissões com pelouros específicos. O Plenário será constituído por todos os Administradores nomeados nos termos referidos supra. As Comissões serão presididas pelo Presidente e compostas pelos membros do Conselho nomeados em Plenário, sob proposta do Presidente. Os poderes e competências específicas de cada Comissão serão aquelas que sejam definidas pelo Conselho de Administração em cada caso.

Artigo 41:

1. O Presidente do Conselho de Administração, terá as seguintes atribuições:
 - a) Representar a Associação perante todos os tipos de entidades, autoridades e organismos públicos ou privados;
 - b) Interpretar os Estatutos e suprir as suas omissões;
 - c) Convocar e presidir às Assembleias Gerais e às reuniões do Conselho de Administração, assim como dirigir os debates e deliberações de uma e outra.
 - d) Decidir com o seu voto de qualidade nos casos de empate das deliberações, sempre que os presentes Estatutos não o proibam expressamente;
 - e) Assinar, depois de aprovadas pelo Conselho de Administração, as Contas Anuais a apresentar à Assembleia Geral, assim como os relatórios a publicar ou a registar junto de organismos públicos;
 - f) Presidir a todas as sessões públicas e privadas a que assista, em qualquer âmbito geográfico, nacional ou internacional; e
 - g) Adotar qualquer medida urgente que o bom funcionamento da Associação aconselhe ou que do desenvolvimento das suas atividades resulte necessária ou conveniente, sem prejuízo de, posteriormente, dar disso conta ao Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral.
- h) Assinar e emitir as certificações, nomeações e outros documentos que sejam necessários.
2. A destituição do Presidente, assim como do Vice-presidente, nomeados pelo Conselho de Administração, deverá ser proposta por um Administrador no decurso de uma reunião do Conselho de Administração e aprovada por voto secreto na reunião seguinte por pelo menos dois terços dos Administradores presentes ou representados na dita reunião. Da dita destituição será dada conta à Assembleia Geral na sua seguinte sessão, para sua ratificação, condição necessária para a eficácia da dita deliberação.

Artigo 42:

O Vice-presidente substituirá o Presidente na sua ausência, por razão de enfermidade ou qualquer outra causa, ou caso se encontre vago o cargo de Presidente, e terá as mesmas atribuições que este, não só no decurso ordinário da atividade da Associação como também nas reuniões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral que sejam celebradas in interim. Se não estiver designado um Vice-presidente, as ditas atribuições serão asseguradas pelo administrador com mais idade do Conselho de Administração.

Artigo 43:

1. O Conselho de Administração nomeará um Secretário da Administração. As funções do Secretário serão as seguintes:
 - a) Atuar como secretário nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração ou das Comissões e redigir as respetivas atas.
 - b) Guardar os livros de registo dos associados e de atas da Associação.
 - c) Expedir as certidões das atas das reuniões dos órgãos da Associação com validação do Presidente, nos casos necessários e convenientes ou a pedido dos associados da Associação que formalmente o solicitem.
 - d) Assistir o Presidente na interpretação dos presentes Estatutos.
 - e) Qualquer outra que explícita ou implicitamente decorra dos presentes Estatutos, ou que lhe seja delegada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

III – DO DIRETOR GERAL

Artigo 44:

1. O Diretor Geral será responsável pela gestão ordinária da Associação e a sua nomeação, caso se verifique, recairá necessariamente numa pessoa com formação superior e de reconhecida competência.
2. O Diretor Geral exercerá as suas funções de acordo e com o respeito pelas normas e instruções que receba do Conselho de Administração e do seu Presidente.
3. O Diretor Geral poderá nomear um Subdiretor, uma vez consultado o Conselho de Administração, o qual dependerá diretamente do Diretor Geral e que o substituirá em caso de doença ou ausência do mesmo.

Artigo 45:

O Diretor Geral será nomeado por deliberação do Conselho de Administração, mediante proposta do Presidente. Esta nomeação poderá ser revogada por deliberação da maioria dos membros do Conselho de Administração.

Artigo 46:

O Diretor Geral terá as seguintes funções:

- a) Pôr em execução as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- b) Exercer a direção administrativa, financeira e técnica da Associação;
- c) Ordenar pagamentos e autorizar alocação de fundos utilizando contas abertas em nome da Associação;
- d) Celebrar os contratos necessários para o desenvolvimento do objeto da Associação;
- e) Dirigir os trabalhadores da Associação; e
- f) Qualquer outra que lhe seja especificamente delegada pelo Conselho de Administração.

Artigo 47:

O cargo de Diretor Geral poderá ser remunerado de acordo com o previsto no seu contrato, cabendo a deliberação sobre a sua remuneração ao Conselho de Administração.

IV – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 48:

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Associação.

Artigo 49:

1. Só poderão ser designados membros do Conselho Fiscal os associados da Associação. Caso seja nomeada uma pessoa coletiva, esta deverá nomear um representante para o exercício do cargo de membro do conselho fiscal.
2. O Conselho Fiscal deverá ser constituído por um número impar de membros, com um mínimo de três e um máximo de nove.
3. Não poderão ser eleitos dois ou mais membros do Conselho Fiscal em representação do mesmo associado, salvo mediante autorização expressa do Conselho de Administração.
4. A eleição dos membros do Conselho Fiscal é da competência da Assembleia Geral, de acordo com as regras de maioria estabelecidas nestes Estatutos.

Artigo 50:

1. Os membros do Conselho Fiscal serão nomeados por um prazo inicial de quatro (4) anos e poderão ser reeleitos por um período de igual duração. Decorrido o período de oito anos dos dois mandatos, estes não poderão ser novamente eleitos para exercer um cargo no Conselho Fiscal até que se conclua um interregno de um mandato.
2. O mandato do Presidente do Conselho Fiscal terá uma duração de quatro anos, podendo ser reeleito por um período de igual duração.
3. Os membros do Conselho Fiscal, sem prejuízo da duração limitada dos seus cargos, poderão ser destituídos do seu cargo pela própria Assembleia Geral. As vagas existentes deverão ser preenchidas apenas nos casos em que o número de membros em funções seja inferior ao referido no artigo anterior.
4. Os membros do Conselho Fiscal darão início ao exercício das suas funções depois de terem aceitado expressamente o cargo por escrito. Os

membros do Conselho Fiscal poderão igualmente aceitar o cargo por meio de declaração oral emitida perante a Assembleia Geral.

5. Os membros do Conselho Fiscal exercerão os poderes e terão as obrigações que resultem dos presentes estatutos, bem como aquelas que resultem de delegação de competências do próprio Conselho Fiscal.

Artigo 51:

1. O mandato de membro do Conselho Fiscal não será remunerado.
2. As despesas devidamente justificadas em que os membros do Conselho Fiscal incorram no desempenho das suas funções, serão reembolsadas pela Associação ao membro em questão.

Artigo 52:

1. Caberá ao Conselho Fiscal:
 - a) Fiscalizar a atividade da Associação.
 - b) Emitir todos os pareceres que lhe sejam solicitados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, nomeadamente sobre Relatórios de Contas anuais ou sobre projetos, balanços e movimentações de fundos.
 - c) Fiscalizar as Contas da Associação, bem como exercer todos os poderes que se mostrem úteis, necessários ou convenientes ao controlo do cumprimento dos planos financeiros estabelecidos pela Associação.
 - d) Examinar sempre que entenda conveniente a contabilidade da Associação.

Artigo 53:

1. O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que for convocado pelo Presidente por iniciativa própria ou por solicitação de dois terços dos seus membros e, em todo o caso, quando a Assembleia Geral solicitar a emissão de relatórios, a apresentação de propostas ou a adoção de deliberações no âmbito das suas funções.
2. Caberá ao Presidente ou ao Vice-presidente, caso exista, a convocatória do Conselho Fiscal e a redação da ordem do dia da reunião.
3. A convocatória do Conselho Fiscal deverá ser efetuada por escrito indicando o local, dia e hora da reunião, assim como a ordem do dia, devendo os assuntos a tratar ser expressos de forma clara, devendo a mesma ser enviada aos seus membros com pelo menos 7 dias de antecedência relativamente à data da reunião, salvo em caso de urgência devidamente apreciada pelo Presidente em cujo caso o cumprimento do dito prazo não será obrigatório.
4. A convocatória deverá ser remetida utilizando qualquer meio que permita a prova da sua receção, considerando-se válido para o efeito o envio por correio eletrónico para o endereço comunicado pelo membro do Conselho Fiscal à Associação.
5. Será válida a reunião do Conselho Fiscal sem prévia convocatória se estiverem presentes todos os seus membros, e estes aceitem por unanimidade a celebração da reunião.

Artigo 54:

1. Os membros do Conselho Fiscal deverão estar presentes nas reuniões do Conselho Fiscal. Quando, por causa justificada, não o puderem fazer, deverão outorgar a sua representação a outro membro através de documento escrito específico para cada reunião.
2. A falta de um membro a seis (6) reuniões consecutivas do Conselho Fiscal será causa de destituição automática do cargo de membro do Conselho Fiscal, salvo motivo de força maior apreciado pelo Conselho Fiscal.
3. O Conselho Fiscal só poderá deliberar quando estejam presentes ou devidamente representados mais de metade dos seus membros.
4. As reuniões serão presididas pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-presidente, caso exista, do Conselho Fiscal. Poderá ser nomeado um secretário do Conselho Fiscal, porém caso não exista essa nomeação ou este não esteja presente, assumirá essa função o administrador mais velho que esteja presente na reunião.

Artigo 55:

1. As deliberações são adotadas pela maioria de votos dos administradores presentes ou representados, na correspondente reunião. O Presidente do Conselho Fiscal terá voto de desempate.
2. As deliberações do Conselho Fiscal poderão ser tomadas por escrito e sem sessão se nenhum dos membros do Conselho de Administração se opuser a este procedimento. Será considerada como data de adoção das deliberações, a data de receção do último voto emitido e como local da deliberação a sede da Associação. Seja qual for o sentido do voto, todos os membros do Conselho Fiscal deverão estar de acordo com a utilização deste procedimento e participar na votação.

TÍTULO V PATRIMÔNIO E REGIME FINANCEIRO

Artigo 56:

1. O regime financeiro da Associação rege-se pelos princípios de unidade patrimonial, dedicação exclusiva de todos os recursos financeiros ao cumprimento dos fins associativos, transparência da gestão financeira e submissão da mesma a auditoria e controlo.
2. Será da responsabilidade do Diretor Geral a gestão financeira da Associação, sob a dependência direta do Presidente do Conselho de Administração e supervisão do Conselho Fiscal.

Artigo 57:

1. O património da Associação é constituído por todos os bens e direitos de que a mesma é titular, sem exceção, aumentando e diminuindo em função dos resultados da sua atividade, sendo integrados os resultados positivos de cada exercício, caso existam, no património da Associação.
2. A Associação responde pelo cumprimento das suas obrigações com a totalidade dos seus bens presentes e futuros, não respondendo pessoalmente os associados em nenhum caso pelas dívidas da Associação, nem esta pelas dívidas pessoais dos Associados.

Artigo 58:

1. A Associação manterá registos contabilísticos, dos quais se possa extrair uma imagem fiel do património, dos resultados e da situação financeira da entidade, assim como das atividades realizadas, devendo os ditos registos estar em conformidade com as normas específicas que lhes são aplicáveis.
2. Os associados poderão ter acesso a toda a documentação contabilística mediante solicitação escrita dirigida ao Conselho de Administração.
3. As contas da Associação serão aprovadas anualmente em Assembleia Geral.
4. As contas da Associação poderão ser auditadas por um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, se assim for deliberado pela Assembleia Geral.

Artigo 59:

No decurso do último trimestre de cada exercício deverá ser redigido um orçamento de receitas e despesas para o exercício seguinte, o qual será aprovado pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal.

Artigo 60:

O exercício associativo e financeiro coincidirá com o ano civil, sendo a data de encerramento do mesmo o dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 61:

As receitas da Associação resultarão das quotas, ordinárias ou extraordinárias, únicas ou periódicas, dos associados, assim como das doações ou subvenções de pessoas singulares ou coletivas, das receitas procedentes da atividade, dos rendimentos recebidos ou resultados dos investimentos, e das heranças e legados recebidos.

Artigo 62:

1. A Associação não poderá incorrer em despesas que não estejam vinculadas ao cumprimento dos seus fins.
2. O Conselho de Administração ou, quando nomeado, o Diretor Geral, poderá estabelecer a necessidade de autorização expressa para as despesas que excedam determinado montante.

TÍTULO VI DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

Artigo 63:

1. São consideradas infrações disciplinares as condutas dos associados que prejudiquem, no entender do Conselho de Administração, os interesses associativos da Associação, assim como a violação não autorizada do regime de incompatibilidades estabelecido nos presentes Estatutos, o incumprimento das obrigações dos associados previstas nos presentes Estatutos e nos regulamentos de desenvolvimento e normas do regulamento interno que possam vir a ser adotados pelos órgãos competentes da Associação a cada momento, e a reiterada falta de pagamento das quotas estabelecidas. Entender-se-á como reiterada falta de pagamento das quotas estabelecidas por parte de um associado quando este incorra na falta de pagamento de duas (2) quotas sucessivas, sejam ambas periódicas ou extraordinárias, ou uma combinação de periódicas e extraordinárias.
2. As sanções poderão consistir em meras repreensões remetidas por escrito ao associado ou, em caso de reiterado incumprimento das ditas obrigações dos associados previstas nos presentes Estatutos e nos regulamentos de desenvolvimento e normas do regulamento interno ou ainda de grave conduta contra os interesses associativos da Associação, na expulsão da Associação com a consequente perda da condição de associado.
3. Em todo o caso, o órgão chamado a exercer o poder disciplinar será o Conselho de Administração.

TÍTULO VII DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 64:

1. A dissolução da Associação será deliberada em Assembleia Geral convocada para o efeito, ou decorrerá da aplicação da legislação aplicável.
2. A dissolução da Associação determina que a associação entre em liquidação, até ao fim da qual a associação manterá a sua personalidade jurídica.
3. Os membros do Conselho de Administração no momento em que ocorrer a dissolução passarão a ser liquidatários, salvo se a Assembleia Geral ou o Juiz que, se for o caso, decida a dissolução, estabeleçam em sentido contrário.

Artigo 65:

Sem prejuízo do disposto no artigo 166.º do Código Civil, aprovado o balanço da liquidação e uma vez satisfeitas as obrigações pendentes, o património resultante será entregue a instituições de caráter associativo que o Conselho de Administração determine, cujos fins sejam similares aos da Associação.

Porto, 24 de Abril de 2016